



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Primeira Promotoria de Justiça de Mafra

IC - Inquérito Civil n. 06.2014.00002675-5

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO**, por seu 1º Promotor de Justiça de Mafra, ALICIO HENRIQUE HIRT, e o **MUNICÍPIO DE MAFRA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Prefeito Frederico Heyse, 1.386, Alto de Mafra, representado neste ato pelo Sr. ÉMERSON MAAS, Prefeito Municipal, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal, nos arts. 26 e 27 da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e nos arts. 90 e 91 da Lei Complementar Estadual n. 738/19 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina);

CONSIDERANDO que a Constituição da República, em seu art. 227, caput, prevê que "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão";

CONSIDERANDO que os artigos 3º, 4º e 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como o artigo 227, da Constituição Federal, estabelecem como dever de todos, família, sociedade e Estado, prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO que para os efeitos legais criança é pessoa de até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade, de acordo com o artigo 2º do ECA;

CONSIDERANDO as disposições constantes do art. 127, caput, da Constituição Federal, e do art. 4º, *caput*, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que asseguram à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação, por parte da família, da sociedade e do Estado, dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO que ao primeiro foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos afetos à Infância e Juventude – art. 129, III, da Constituição Federal; art. 201, V e 223 da Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA); e art. 82 da Lei Complementar Estadual n. 197/00, inclusive os individuais;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Primeira Promotoria de Justiça de Mafra

CONSIDERANDO que o art. 205 da Constituição Federal prevê que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que o art. 4º, parágrafo único, alínea "d", do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece como garantia de prioridade a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

CONSIDERANDO que a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), estabelece no art. 4º, IX, ser dever do Estado garantir padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem;

CONSIDERANDO que a Constituição do Estado de Santa Catarina determina no art. 162 que "o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) VII – garantia do padrão de qualidade", efetivado, segundo o art. 163, VI, por meio de condições físicas adequadas para o funcionamento das escolas;

CONSIDERANDO que o art. 210 do Estatuto da Criança e do Adolescente confere legitimidade ao Ministério Público para propor ações civis fundadas em interesses coletivos ou difusos, podendo "tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial" (art. 211 da Lei 8.069/90);

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil n. 06.2014.00002675-5 que apura a notícia de possível falta de *segurança de uso* em razão da inobservância das normas de segurança contra incêndio e sanitárias no CEMMA.

RESOLVEM celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objeto a adequação da estrutura do CEMMA, mediante o cumprimento das normas de segurança contra incêndio e sanitárias.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

O MUNICÍPIO DE MAFRA-SC, compromissário, compromete-se a:

1) adequar todas as irregularidades apontadas no Relatório de Inspeção Sanitária n. 429/2021 da Vigilância Sanitária, consistentes em:

- a) adequar a proporção de 1 vaso sanitário para 20 alunos por sexo no período;
- b) instalar/construir banheiro e vestiário para manipuladores de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Primeira Promotoria de Justiça de Mafra

alimentos;

c) realizar a manutenção periódica dos sistemas de tratamento de esgoto instalado;

d) instalar lavatório exclusivo para os manipuladores de alimentos, dotado de sabonete líquido, toalhas descartáveis e lixeira com acionamento não manual;

e) apresentar alvará do Corpo de Bombeiros;

f) apresentar alvará de funcionamento da Prefeitura;

g) apresentar alvará sanitário;

h) apresentar habite-se sanitário;

2) adequar todas as irregularidades apontadas pelo Corpo de Bombeiros, providenciando:

a) instalação de todos os sistemas vitais necessários;

b) apresentação de Atestado de Habite-se;

c) apresentação de Atestado de Aprovação de Projeto Preventivo Contra Incêndio aprovado pelo CBM;

d) apresentação de Atestado de Funcionamento.

As adequações devem ser providenciadas no prazo de até 180 dias contados da assinatura do presente TAC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Havendo descumprimento das disposições da Cláusula Segunda, ficará o COMPROMISSÁRIO sujeito ao pagamento de multa no valor de R\$ 500,00 por dia de atraso, para cada item, limitada a 500 dias.

Parágrafo único. A multa será atualizada em primeiro de janeiro de cada ano, com base na variação do INPC ou índice que o substituir. O primeiro ajuste ocorrerá em 1º-1-2022, considerando o índice de 1º-1-2021 a 1º-1-2022.

PARÁGRAFO ÚNICO. A multa será revertida 50% para o Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) de Santa Catarina e os demais 50% para o Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) de Mafra, conforme permissivo previsto no art. 29, §1º, do Ato 395/2018/PGJ.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Compromitente poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo Compromissário no prazo fixado.

CLÁUSULA QUINTA – DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. O MINISTÉRIO PÚBLICO, enquanto COMPROMITENTE,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Primeira Promotoria de Justiça de Mafra

compromete-se a não adotar medida judicial de cunho civil em face do COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

2. Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

3. A comprovada inexecução dos compromissos assumidos neste termo facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial deste título.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA

1. O presente ajuste entrará em vigor na data da sua assinatura.

2. Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do §6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e do art. 784, XII, do Código de Processo Civil.

DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes elegem o foro da Comarca de Mafra-SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Por estarem compromissados, firmam este **TERMO**, em duas vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

O Inquérito Civil n. 06.2014.00002675-5 será arquivado e a promoção submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o parágrafo 3º, do art. 9º, da Lei n. 7.347/85 e art. 49 do Ato n. 395/2018/PGJ, cuja homologação, todavia, não constitui condição de eficácia do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (art. 35 do Ato n. 395/2018/PGJ).

Mafra, 03 de setembro de 2021.

[assinado digitalmente]
ALICIO HENRIQUE HIRT
Promotor de Justiça

ÉMERSON MAAS
Prefeito Municipal